



Interpeleção Escrita

O Governo da RAEM nunca dispõe de um plano bem definido aquando do termo de uma concessão pública ou de um contrato de serviços. Para além da questão dos radiotáxis, que se tornou alvo de discussão na sociedade, verificou-se a mesma situação nos outros sectores. O Governo deve corrigir, quanto antes, as falhas indicadas e dispor de planos bem definidos. É também adequado que o Governo se desloque à Assembleia Legislativa para proceder a um esclarecimento, com vista a conseguir a credibilidade pública.

O novo ano teve início há pouco, mas a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego já apresentou uma tarefa feita de forma insatisfatória. No fim do passado mês de Janeiro, o Director destes Serviços afirmou publicamente que o novo contrato de radiotáxis seria celebrado sob as condições da prestação exclusiva de serviços de táxis chamados por telefone. Mas, no passado dia 6, o concessionário referiu que o novo contrato, afinal, foi já celebrado sob as condições de assegurar apenas 60% de radiotáxis. Obviamente, o Governo não possuía outro plano alternativo para fazer face ao termo da vigência do contrato. Com efeito, tendo em conta que o Governo não dispunha de um plano de inovação perante a aproximação do termo (ou caducidade) dos contratos no âmbito das telecomunicações, autocarros, televisão, etc., viu-se obrigado a manter o regime em vigor, o que impediu a inovação. Julgo que os dirigentes se devem deslocar à Assembleia Legislativa,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

por sua iniciativa, para esclarecer, plenamente, estes assuntos de interesse público e os planos disponibilizados, no sentido de evitar a repetição das mesmas falhas.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) afirmou que o novo contrato de radiotáxis seria celebrado sob as condições da prestação exclusiva de serviços de táxis chamados por telefone. Mas, depois do trabalho à porta fechada, o novo contrato, afinal, foi celebrado sob as condições de assegurar apenas 60% de radiotáxis, facto que suscitou dúvidas à população. Quanto aos restantes 40% que recusaram as condições de prestação exclusiva de serviços de radiotáxi, o Governo não dispunha de plano alternativo para eles, ou seja, lançar a abertura de um concurso para a captação de novos exploradores ou a emissão de mais licenças de táxi, e, conseqüentemente, não prosseguiu o objectivo previsto aquando da celebração do novo contrato. O Governo concorda com esta afirmação?
2. O novo contrato estipula que apenas 60% dos táxis amarelos são verdadeiros radiotáxis, mas os residentes estão preocupados, não só com a respectiva fiscalização e execução, como também com a impossibilidade da implementação desse serviço a 100%, o que poderá acontecer devido ao problema da rentabilidade, mesmo depois da prorrogação do contrato por nove meses. O Governo da RAEM deve vir à AL, de forma activa e com a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

maior brevidade possível, para prestar esclarecimentos completos e apresentar o novo plano sobre a concessão de licenças de táxis e a sua fiscalização. O Governo vai fazer isto? O Governo preparou algum trabalho legislativo sobre esta matéria?

3. Perante o termo do contrato da TV Cabo Macau, em Abril do corrente ano, e também a ilegalidade resultante do novo modelo dos serviços de autocarros e a gestão provisória da Reolian, em processo de falência, o Governo limitou-se a tomar medidas que mantêm as situações anteriores, sendo, por isso, questionadas pelo público. O Governo da RAEM deve vir à AL, de forma activa e com a maior brevidade possível, para prestar completos esclarecimentos sobre o concurso público ou um novo plano. O Governo vai fazer isto? O Governo preparou algum trabalho legislativo sobre esta matéria?

10 de Fevereiro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ng Kuok Cheong